

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O PCP teve conhecimento de legítimas e compreensíveis preocupações de trabalhadores da ARS Algarve e da ARS Norte relativa à necessidade de prorrogação dos seus contratos, que terminam no próximo dia 31 de dezembro.

Estes trabalhadores, que estão envolvidos no Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP), apresentaram o respetivo requerimento, aguardando ainda o Parecer das Comissões Administrativas Bipartidas (CAB's).

NA ARS Algarve serão cerca de 30 trabalhadores, mas na ARS Norte serão cerca de 600, que respondem a necessidades permanentes de funcionamento dos serviços de saúde.

O texto final da Proposta de Lei n.º 91/XIII, que “Estabelece o programa de regularização extraordinária dos vínculos precários”, aguarda promulgação pelo Presidente da República e publicação em Diário da República. Nesse diploma, o artigo 16º define um regime transitório de proteção dos trabalhadores nesta situação, prevendo que “os *vínculos laborais das pessoas cujas situações são abrangidas pela regularização extraordinária(...) existentes à data da entrada em vigor desta lei, são prorrogados até à conclusão dos correspondentes procedimentos concursais*” e que os “*vínculos laborais das pessoas que se encontram na situação referida no número anterior, que cessem pelo decurso do respetivo prazo de vigência antes da entrada em vigor da presente lei, iniciam nova vigência até à conclusão dos correspondentes procedimentos concursais*”.

O facto deste diploma ainda não ter sido publicado está a suscitar preocupações aos trabalhadores pelo que urge um esclarecimento e orientações aos respetivos serviços para cumprimento do previsto no diploma que estabelece o programa de regularização extraordinária dos vínculos precários.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicitamos ao Governo que, por intermédio do Ministério das Finanças, nos sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

- Que medidas urgentes vai o Governo tomar para garantir a prorrogação dos contratos que terminam no próximo dia 31 de dezembro?

Palácio de São Bento, 20 de dezembro de 2017

Deputado(a)s

RITA RATO(PCP)

PAULO SÁ(PCP)

CARLA CRUZ(PCP)

DIANA FERREIRA(PCP)

JORGE MACHADO(PCP)

ANA VIRGÍNIA PEREIRA(PCP)